

42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS¹

GT22 - Partidos e Sistemas Partidários

**IGREJA COMO PARTIDO: EVIDÊNCIAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A
IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS E O PRB**

CLAUDIA CERQUEIRA²

¹ Realizado entre 22 e 26 de outubro de 2018, na cidade de Caxambu/MG.

² Pós-doutoranda do CEBRAP e pesquisadora do CEPESP-FGV.

Resumo

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi a primeira igreja pentecostal a lançar seus candidatos oficiais próprios, além de distribuí-los pelo distrito eleitoral e prover suporte financeiro. Como exigência do TSE, a igreja precisa alocar seus candidatos em partidos a fim de viabilizar suas campanhas. Após o rompimento de alianças, a IURD vem concentrando seus candidatos no Partido Republicano Brasileiro (PRB), desde a sua criação. Desde então, a mídia considera evidente que o PRB seja o partido da IURD. Nesta pesquisa, parto deste argumento para apresentar evidências que formalizam a relação entre as instituições. Para tanto, divido a pesquisa em duas partes: a primeira parte descreve a atuação política da IURD e destaca atributos como centralidade e territorialidade, enquanto a segunda apresenta um levantamento sobre organização partidária e os dirigentes do partido. Como principais resultados, destaco como a forma de organização do partido garante o controle da igreja sobre o PRB, a partir dos seguintes mecanismos: com a ampla utilização de comissões provisórias no lugar de diretórios, a igreja evita a formação de lideranças locais “de fora”, enquanto a cúpula do partido é predominantemente composta por indivíduos ligados à IURD ou alguma organização ligada à ela.

Palavras-chave: Igreja Universal do Reino de Deus; PRB; estratégia eleitoral; evangélicos; organização partidária.

Introdução

Os países latino-americanos passaram por transformações substanciais na afiliação religiosa ao longo do século XX. O predomínio do Catolicismo na região tem sido desafiado pelo aumento do número de indivíduos sem religião e, principalmente, pela expansão do Evangelismo. Segundo pesquisa realizada por *Pew Research Center* (2014), o percentual de Católicos na região passou de 90% em 1910 para 72% em 2010. No Brasil não foi diferente: o maior país de tradição Católica do mundo conta hoje com população evangélica representando mais de 22%³ de sua população total.

A chegada de novas denominações religiosas trouxe consigo a expansão e complexificação do mercado religioso brasileiro. Os contrastes entre os grupos religiosos podem ter importantes implicações para a política. Uma clara implicação dessa mudança demográfica no Brasil é a representação política, que gradualmente se tornou *locus* de atuação de atores religiosos, evidenciados pela criação de novos partidos políticos religiosos ou blocos parlamentares (Borges, 2007). Inicialmente avessos à política, os evangélicos⁴ entraram na arena política em 1989 e mudaram sua lógica de “crente não se mete em política” para “irmão vota em irmão”. Esta decisão foi, em parte, motivada por seu medo de perseguição religiosa em caso de vitória eleitoral da esquerda representada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que contou com o apoio da ala esquerda da Igreja Católica (Pierucci & Mariano, 1992; Tuñón, 2017). Hoje, a significativa presença de evangélicos na política – no Congresso, bem como nos legislativos estaduais e conselhos locais – está bem estabelecida e se tornou uma das arenas mais importantes em que esses atores religiosos defendem seus direitos e interesses.

Neste artigo, exploro como o maior expoente religioso na política brasileira, a Igreja Universal do Reino de Deus, instrumentalizou sua atuação política ao criar seu próprio partido, o PRB. Embora a relação entre a igreja e o partido não seja novidade, este

³ O último Censo do IBGE (2010) mostrou que os evangélicos eram 22% da população brasileira. O estudo da *Pew Research Center* (2014) indicou que este grupo representava 24% da população. enquanto estudo da Folha de São Paulo (Datafolha - 2016) aponta para um aumento do número de evangélicos. que seriam cerca de 29% da população (a pesquisa pode ser acessada aqui: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/12/28/da39a3ee5e6b4b0d3255bfef95601890afd80709.pdf>).

⁴ A despeito de toda complexidade que envolve a gênese, os desdobramentos e questões de identidade relacionada às vertentes "Evangélica", "Pentecostal" e "Protestante" assumirei todas como sinônimos, adotando a nomenclatura “evangélico” para fins de simplificação.

artigo contribui com a escassa literatura que busca sistematizar a relação entre as duas organizações (Gutierrez, 2014; 2017), ao abordar a natureza das relações entre IURD e partido sob dois principais aspectos: i) a organização do partido e ii) a composição da liderança partidária. A principal hipótese desta pesquisa é que a IURD garante seu poder ao ocupar os principais postos da direção do partido, assegurando uma estrutura hierárquica do partido da mesma forma que ocorre em sua estrutura eclesiástica. Ao ocupar cadeiras importantes na direção do partido, a IURD restringiria a formação de lideranças partidárias ao dispor majoritariamente de comissões provisórias no corpo organizativo do partido como forma de garantir sua centralidade decisória.

Além da introdução, este artigo está dividido da seguinte forma: a primeira seção descreve brevemente a IURD, desde sua criação até estratégias de expansão (geográfica e de negócios). Nesta seção, apresento o tipo de governo eclesiástico adotado pela igreja. A segunda seção abrange a estratégia de filiação partidária de uma igreja: quais os desafios encontrados e barganhas possíveis na negociação com partidos políticos. Os desafios inerentes de coordenar vários candidatos em partidos diversos, aliado a disputas de poder entre igreja e partido, além de interesses dissonantes, motivaram a IURD a criar seu próprio partido, o PRB. A terceira seção é dedicada a descrever sua constituição e, na sequência, apresentar dados referentes à organização partidária e composição da liderança partidária no período de 2006 a 2016. Por fim, considerações finais serão tecidas à luz dos dados levantados.

IURD

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi fundada em 1977 no Rio de Janeiro. Juntamente com Igreja Internacional da Graça, Sara Nossa Terra e Renascer em Cristo, inaugura a terceira onda do Evangelismo no Brasil – conhecida como “Neopentecostalismo”⁵. Entre seus fundadores estão figuras conhecidas como Edir

⁵ No plano teológico, o Neopentecostalismo caracteriza-se por enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo, por pregar a Teologia da Prosperidade, e por rejeitar usos e costumes de santidades pentecostais (Mariano, 2004, p. 124).

Macedo, Romildo Ribeiro Soares, Carlos Rodrigues e Marcelo Crivella⁶. Ao longo de seus 40 anos, a IURD expandiu de forma acelerada, tornando-se a terceira maior denominação pentecostal em número de adeptos (IBGE, 2010). Em sua prodigiosa escalada, partiu de um cenário de menos de 270 mil adeptos no início dos anos 1990 para mais de 2 milhões na década de 2000 (ver Tabela 1). Estabelecido este novo patamar, a Universal empenhou esforços para expandir internacionalmente – hoje conta com templos distribuídos em 200 países—, além de ampliar e reforçar seus negócios midiáticos – a TV Record, por exemplo, encontra-se em segundo lugar no ranking de audiência da TV aberta⁷. Atualmente, a IURD parece estar “reposicionando sua marca” ao investir na desassociação do termo “igreja” contido em seu nome, passando a referir-se como “A Universal”.

Tabela 0: Principais Igrejas Pentecostais em Número de Fiéis

Igrejas Pentecostais	1991	%	2000	%	2010	%
Assembleia de Deus	2.439.770	29.8	8.418.154	47.5	12.314.410	48.5
Congregação Cristã do Brasil	1.635.985	20	2.489.079	14	2.289.634	9
Igreja Universal do Reino de Deus	268.955	3.3	2.101.884	11.9	1.873.243	7.4
Igreja do Evangelho Quadrangular	303.267	3.7	1.318.812	7.4	1.808.389	7.1
Deus é Amor	169.343	2.1	774.827	4.4	845.383	3.3
Igreja Maranata	64.578	0.8	277.352	1.6	356.021	1.4
Outras	3.297.768	40.3	2.353.369	13.3	5.883.404	23.4
Total de Pentecostais	8.179.666	100	17.733.477	100	25.370.484	100

Fonte: IBGE. 2010

A expansão da Igreja Universal não se limitou aos serviços religiosos: também foi construído um poderoso conglomerado de empresas que atua em diversas frentes – de canal de TV a fábrica de bancos para templos, até associações beneficentes. Conhecida na literatura por seu “modelo de gestão e organização denominacional de molde empresarial” (Oro, 2003; Mariano; 2004; Mariano, 2007; Fonseca; 2008), a Universal destaca-se das outras denominações neopentecostais por se tratar de uma igreja cujo dirigente tem grande habilidade empresarial. Toda a habilidade de Macedo, contudo, poderia ser inócua caso

⁶ Respectivamente: líder da IURD; “R. R. Soares”. como é conhecido o atual líder da Igreja Internacional da Graça de Deus; o ex-Bispo Carlos Rodrigues. que por anos foi coordenador político da Universal; sobrinho de Macedo e atual prefeito do Rio de Janeiro.

⁷ Ver pesquisa do instituto Kantar Ibope: <http://telepadi.folha.uol.com.br/3-de-cada-5-assinantes-de-tv-paga-preferem-tv-aberta/>

não fosse reforçada por uma estrutura organizacional extremamente hierarquizada e centralizada em sua figura.

O padrão eclesiástico episcopal adotado pela Igreja Universal garante e reforça a autoridade de Edir Macedo, seu principal idealizador e fundador, além de aprofundar a verticalização do sistema iurdiano. A hierarquia piramidal da Universal, composta por bispados regionais, comissões responsáveis por assuntos específicos e pastores regionais e locais, reverbera na divisão do trabalho religioso e alto grau de centralidade. O bispo Macedo delineou o sistema iurdiano de forma que nenhuma das camadas desta hierarquia seja capaz de intervir em suas decisões, preservando sua autoridade. Os pastores, grau mais baixo na hierarquia da igreja, não têm qualquer autonomia, devendo sempre se reportar aos bispos. A centralização do poder garante maior controle e um bom funcionamento do sistema iurdiano –sujeitos aos desígnios de seu líder.

A IURD não divulga a maioria dos negócios empreendidos pela instituição. O conhecimento acerca de suas empreitadas fica a cargo de investigações jornalísticas e acadêmicas. Não foi diferente com relação a seu envolvimento na política. Este foi, aos poucos, sendo desvendado a partir de estudos sobre a presença dos evangélicos na Constituinte (Pierucci, 1987; Pierucci & Mariano, 1992; Freston, 1993) e, com o aumento do interesse sobre o tema, pesquisadores e jornalistas se debruçaram sobre a crescente participação das igrejas na arena política, até chegar na Universal (Oro; 2003; Mariano, 2004; Oro, 2006; Braga, 2008; Almeida, 2009; Gutierrez, 2014; 2017; Lacerda, 2016, 2017, 2018; Cerqueira, 2017; Tuñón, 2017). Seu *début* na política ocorreu de forma discreta: a IURD começou elegendo um deputado federal em 1986, e logo tornou sua presença constante (e crescente) na Câmara. Dez anos depois de sua primeira eleição, em 1997, a Universal adotou o modelo corporativo de “candidatura oficial”. Deste momento em diante, lançaria apenas os seus próprios candidatos, assumindo um papel que até então era circunscrito aos partidos políticos, tornando-se pioneira entre as igrejas que similarmente lançam candidatos nas eleições.

O processo de definição dos candidatos iurdianos está afinado com a estrutura eclesiástica da igreja aos respeitar a hierarquia vigente. Em última instância, a decisão final é tomada pelo Bispo Macedo. A definição dos candidatos iurdianos passa pelo crivo i) dos bispos regionais, que são os primeiros a conhecer os dados provenientes do recenseamento realizado pelos templos de sua jurisdição; ii) do bispo responsável pela coordenação de

assuntos político-eleitorais, escolhido por Edir Macedo; iii) até chegar aos dirigentes da igreja (Conselho dos Bispos), que têm a palavra final sobre quem serão os candidatos. Embora a seleção seja constituída de etapas, a escolha dos candidatos não é uma decisão democrática: esta é de inteira responsabilidade da cúpula, reflexo da estrutura piramidal da instituição (Oro, 2003; Fonseca, 2008)⁸.

Após a composição da lista, os candidatos escolhidos são submetidos a sessões de orientação do Conselho dos Bispos e contam com assessoria da equipe política, coordenada pelo bispo responsável. Este Conselho fica também a cargo da distribuição geográfica e da filiação partidária destes candidatos, aspirando a maximização do potencial eleitoral de cada um (Oro, 2003; Fonseca, 2008). A estratégia a ser adotada depende do recenseamento realizado pela igreja. De posse dos dados eleitorais de seus fiéis, a IURD exerce o que Cox (1997) chama de “coordenação estratégica”: efetua cálculo do capital eleitoral, ou seja, uma estimativa do quociente eleitoral para computar quantos e quais seriam os candidatos viáveis – a maior expressão de sua atuação enquanto partido.

Embora a coordenação intrapartidária seja condição necessária para quem almeja sucesso no âmbito eleitoral, ela não é condição suficiente para tal. A competição interpartidária na corrida por uma cadeira exige que outras estratégias sejam adotadas, a fim de garantir a viabilidade do candidato. Por isso, a Universal também emprega esforços para transformar seus adeptos em eleitores. Para tanto, adota estratégia territorial de mobilização de eleitorado, onde cada templo é designado para realizar campanhas para um determinado candidato, distribuindo os candidatos em distritos distintos para que não disputem o mesmo território⁹ (Cerqueira, 2017). Além disso, a IURD utilizou de estratégia também na escolha das filiações partidárias de seus candidatos, distribuindo cuidadosamente os candidatos pelos partidos. Agora a igreja conta com seu próprio partido, o PRB, que atua como um instrumento para alcance de sua ambição política.

⁸ Candidatos eleitos continuam sob a supervisão do Conselho dos Bispos, que costuma monitorar a frequência de comparecimento, bem como o conteúdo dos discursos e sua votação no Congresso. Esta é a forma da igreja avaliar se o incumbente deve ser relançado. Caso sua atuação na Câmara seja insatisfatória, este indivíduo será cortado do quadro de candidatos na próxima eleição. Este monitoramento constante é um dos reflexos da forte liderança da IURD.

⁹ Segundo Cerqueira (2017), esta coordenação territorial se torna um problema para uma organização fragmentada como a Assembleia de Deus, possivelmente refletindo na redução de sua eficácia política.

Estratégia de Filiação Partidária e Distribuição de Candidatos

A adoção do modelo de “candidatura oficial” representou um passo importante para o alcance dos objetivos político-eleitorais da IURD pois, ao decidir apoiar apenas seus próprios candidatos, a igreja cristalizou seu projeto político. Deste ano em diante a Universal deixou de ser uma instituição apenas “envolvida em política” e passou a compor a arena eleitoral como um *player* relevante¹⁰. Ao adotar esta estratégia, a igreja reduziu seus custos de transação, embora não os tenha eliminado. Ao tomar esta decisão, a Universal deixou de negociar possíveis apoios a candidatos avulsos, aumentando sua responsabilidade em articular com partidos a candidatura de seus escolhidos.

Como a lei eleitoral do Brasil não permite candidaturas avulsas (i. e sem filiação prévia a um partido político), é preciso que indivíduos se filiem a um partido a fim de lançarem-se eleitoralmente. O papel da igreja, neste caso, consiste em sistematizar a entrada de seus candidatos em um (ou mais) partido(s). A escolha dos partidos não é tarefa trivial, visto que precisa considerar fatores como a aderência do perfil dos candidatos com o perfil do partido, a abertura do partido em termos de divisão interna de poder (entre os dirigentes do partido e os dirigentes da igreja), disputa intrapartidária, dentre outros. A disputa intrapartidária é um fator que merece destaque pois encaixar um candidato na lista de um partido requer que outro candidato seja retirado, gerando um conflito de interesses. É esperado que o partido exerça um papel fundamental na coordenação estratégica de seus candidatos, com finalidade de reduzir a competição intrapartidária e aumentar as chances de sucesso eleitoral (Cox, 1997; 1999; Cox & Thies, 1998). Assim, tanto a decisão acerca do número ótimo de candidatos e da composição da lista quanto a distribuição dos candidatos no território seriam formas de o partido coordenar seus candidatos.

A máxima “mais é melhor” não se aplica a este caso: os partidos políticos agem estrategicamente ao compor suas listas, limitando o número de candidatos viáveis lançados (Cox, 1997; 1999; Cheibub & Sin, 2014). Por “viável”, entende-se um candidato com capacidade de angariar uma grande quantidade de votos – logo, com chance de ser eleito. A definição da quantidade de candidatos viáveis na lista é uma função da magnitude do

¹⁰ Isto não se deve apenas ao lançamento de candidatos próprios aos pleitos: é o poder sistêmico (econômico, religioso, midiático e político) da IURD que a torna um ator importante no cenário político, econômico e social brasileiro.

distrito e do quociente eleitoral. Quanto mais candidatos viáveis na lista, maior a incerteza enfrentada (Cheibub & Sin, 2014) sobre quem será eleito, e maior o grau de competição interna no partido. Quando ocorrem as alianças, é preciso que as organizações envolvidas estejam dispostas a negociar a lista a fim de evitar competições intrapartidárias. Por isso, a igreja precisa negociar, convencendo os partidos de que os benefícios trazidos pelo seu candidato serão mais vantajosos. A barganha da igreja consiste, *a priori*, no oferecimento da sua estrutura. O candidato da igreja leva consigo uma base eleitoral previamente constituída pelos fiéis; a rede de templos, utilizados como locais de campanha; e seus próprios *brokers*, representados pelos seus pastores (Cerqueira, 2017) – todos fatores redutores de custos de campanha. Esta estrutura tem um preço: a igreja não aceita apenas lançar o candidato, ela também almeja poder de decisão dentro do partido (Warner, 2000; Baldwin, 2014).

O *trade-off* do partido, neste caso, consiste em renunciar parte de seu poder para conseguir ampliar sua margem de votos. O partido sabe que o apoio da igreja facilita o acesso aos fiéis; ademais, o incremento de votos gerado por esta base é um elemento de peso na tomada de decisão do partido receptor (Baldwin, 2014; Dancygier, 2014). Baldwin (2014) argumenta que os líderes políticos tendem a ceder poder para líderes de outras organizações como forma de obter apoio eleitoral. Contudo, a Universal tem agenda própria e um poder concentrado nos desígnios de Edir Macedo – o que pode causar conflitos de interesses entre partido e igreja. Partidos políticos e seus representantes têm seus próprios interesses, e estes podem ser muito mais diversos – ou divergentes – dos objetivos almejados pela igreja (Grzymala-Busse, 2015). Idealmente, seria necessário negociar a fim de estabelecer um equilíbrio entre as partes. Uma vez feito o acordo com o partido, a igreja participa em decisões sobre distribuição geográfica das campanhas dos candidatos do partido, os arranjos das coligações, e assim por diante. O cenário começa a ficar complexo quando é preciso negociar com mais de um partido ao mesmo tempo e, posteriormente, coordenar os candidatos em diversas plataformas – principalmente se existem candidatos distribuídos em mais de um partido dentro do mesmo distrito eleitoral. Por isso, a igreja escolhia as legendas de forma minuciosa, de acordo com critérios como margem de negociação e de maximização de potencial de seus candidatos (Fonseca, 2008).

A despeito da IURD ter lançado candidatos em múltiplos partidos até a criação do PRB em 2006, o Partido Liberal (PL) foi o aglutinador de candidaturas iurdianas

(Machado, 2006; Fonseca, 2008). De acordo com Fonseca (2008), a escolha do PL se deu, dentre outros motivos, por este ser, à época, um partido bem estabelecido no sistema político. A IURD ocupou cargos no partido, como é o caso de Carlos Rodrigues (ex-Bispo da Universal), que foi presidente estadual do PL no Rio de Janeiro. A aliança entre igreja e partido rendeu benefícios mútuos: segundo declarou Valdemar da Costa Neto (ex-presidente nacional do PL, atual PR)¹¹, o partido cresceu com a entrada da Universal. A declaração de Valdemar da Costa Neto elucida o sistema de ganhos mútuos com o acordo entre partido e igreja: de um lado, o partido pode contar com a estrutura oferecida pela Universal, além de obter acesso à sua base de fiéis. Para a IURD, era vantajoso concentrar a maior parte de seus candidatos em um partido, pois isto reduzia drasticamente os esforços de coordenação por parte da igreja (inclusive porque o PL tinha grande penetração em estados que, historicamente, continuam sendo redutos da Universal). Com mais candidatos alocados em um só partido, era também mais fácil barganhar espaço dentro do partido – o que rendeu a Macedo um quinhão de poder dentro do PL. Contudo, após compor a chapa com o PT na eleição de Lula em 2002, o PL inflou de forma a não mais precisar do apoio da igreja.

Em 2005, o esquema do Mensalão foi deflagrado pelo então senador Roberto Jefferson e o PL foi apontado como um dos principais partidos envolvidos no escândalo. Aos poucos, a relação entre a IURD e o PL começou a esgarçar. Além dos escândalos envolvendo a legenda, o partido teve conflitos com a forte liderança de Macedo. Valdemar da Costa Neto declarou que os parlamentares iurdianos defendem os interesses da igreja, e não os interesses dos partidos aos quais estão filiados, evidenciando uma sobreposição da igreja em detrimento do partido (Oro, 2003). Em meio ao processo de ruptura com o PL, a IURD deu um passo adiante e articulou a criação de seu próprio partido. O Bispo Carlos Rodrigues foi apontado por reportagem da Folha¹² como um dos organizadores do Partido Municipalista Renovador (PMR) – que posteriormente viria a chamar Partido Republicano Brasileiro (PRB) –, em 2003. Crucial para a desvinculação de seus candidatos aos escândalos de corrupção, a formação do partido também parece alinhada com a decisão da igreja de lançar seus próprios candidatos, agindo em prol de seus próprios interesses

¹¹ <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0..OI454561-EI306.00-Igreja+Universal+cria+nov+partido.html>

¹² <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66659.shtml>.

sempre precisar medir forças com outros caciques partidários. Carlos Rodrigues, além de bispo licenciado, era o principal responsável pela coordenação eleitoral dos candidatos iurdianos. Após a sucessão de envolvimento em escândalos de corrupção, foi decisão da igreja afastar Rodrigues das atividades políticas e do próprio cargo de bispo. O projeto de partido, contudo, teve continuidade.

Partido Republicano Brasileiro – o “braço político da Universal”

O primeiro registro do partido no TSE data de 2003, ainda com o nome de Partido Municipalista Renovador (PMR), momento em que a organização deu entrada em sua proposta de estatuto no TSE¹³. O advogado e pastor da Universal, Vitor Paulo Araújo dos Santos, consta como redator do estatuto e requerente dos pedidos junto aos órgãos responsáveis. Para ser deferido como partido pelo Tribunal, era necessário atingir a cota de assinaturas exigidas pelo TSE¹⁴. O partido demorou quase 3 anos para colher assinaturas, mesmo com ajuda da igreja – segundo a mesma reportagem, as assinaturas foram colhidas nas portas dos templos da Universal, sempre após os cultos,

Em 2004, Santos requereu registro provisório do PMR em dois Tribunais Regionais Eleitorais – nos estados de São Paulo e Roraima. Em 2005, o TSE deferiu seu pedido e o registro definitivo foi outorgado no mesmo ano. Em 2006, após sugestão do vice-presidente José Alencar (ex-PL, posteriormente filiado ao PMR) durante a Convenção Nacional do partido, mudou oficialmente seu nome para Partido Republicano Brasileiro (Gutierrez, 2017). O primeiro pleito do PRB¹⁵ ocorreu no ano de 2006.

Em sua primeira disputa eleitoral, o PRB parecia estar em fase experimental: concorreu em 10 estados¹⁶ com 80 candidatos – a maior parte deles no Rio de Janeiro (21

¹³ Os registros do partido no TSE podem ser encontrados aqui: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partido-republicano-brasileiro>.

¹⁴ A quantidade de assinaturas necessárias, segundo o TSE, corresponde a 0.5% dos votos – baseado na última eleição para Deputado – sem contabilizar brancos e nulos (<http://chimera.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234652015.htm>).

¹⁵ Para mais detalhes sobre a gênese do PRB, ver Gutierrez (2017).

¹⁶ São Paulo não aparece na lista de estados nos quais o PRB disputou eleições. Há, contudo, uma controvérsia do TSE a este respeito: em seu *hotsite* das eleições 2016, consta uma lista de candidatos do PRB em São Paulo, mas, em seu repositório de dados, estes candidatos não aparecem nem no banco de dados de candidatos nem no banco referente ao resultado da votação por seção eleitoral. Logo, estes foram desconsiderados da análise.

candidatos a Deputado Estadual, 10 para Deputado Federal, 1 para Governador e 1 para Senador) e em Roraima (19 candidatos a Deputado Estadual e 1 para Federal). Ao final do pleito, obteve o positivo resultado de 3 deputados estaduais e 1 federal eleitos – 5% do total de candidatos lançados. Na eleição seguinte, em 2008, o partido foi mais ousado: lançou candidatos em todos os estados, totalizando 189 proponentes disputando vagas para prefeito (dos quais elegeu 54), e 6.180 concorrendo a cargos de vereador (com saldo de 436 eleitos). Eleição após eleição, o PRB aumentou significativamente seu quadro de candidatos e, conseqüentemente, seu número de eleitos, conforme apresento na Tabela 2:

Tabela 2: Evolução do Quadro de Candidatos do PRB - por ano:

Cargo	2006		2010		2014	
	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos
Deputado Estadual	58	3	423	18	431	32
Deputado Federal	20	1	168	8	242	21
Senador	1	-	3	1	1	-
Governador	1	-	-	-	1	-
Presidente	-	-	-	-	-	-
Total	80	4	594	27	675	53

Cargo	2008		2012		2016	
	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos
Vereador	6180	436	12416	954	16401	1620
Prefeito	189	54	300	78	422	106
Total	6369	490	12716	1032	16823	1726

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do TSE

O PRB vem ganhando espaço e notoriedade no cenário político brasileiro. Especialmente nos municípios do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), redutos da Igreja Universal, devido a seus candidatos mais expressivos: Celso Russomanno (SP) e Marcelo Crivella (RJ). Russomanno, apresentador de TV e defensor dos direitos do consumidor, construiu uma trajetória política desvinculada do PRB, até filiar-se ao partido em 2011. Em 2014, o deputado federal foi reeleito com mais de 1,5 milhão de votos no estado de São Paulo (segunda maior votação da história das eleições brasileiras). Já Crivella, atual prefeito do Rio de Janeiro, é membro da IURD, cantor gospel, bispo licenciado e sobrinho

de Edir Macedo. Sua história se confunde com a história da igreja, e sua carreira política está inteiramente vinculada a trajetória política da instituição religiosa. Crivella e Russomanno são, cada um à sua maneira, “puxadores de voto”; mas é certo que sua presença nas eleições também auferem visibilidade ao partido.

Enquanto Crivella é reconhecido por sua filiação religiosa, Russomanno afirma ser Católico praticante. A atitude de Russomanno condiz com uma prática comum a indivíduos ligados tanto à Igreja Universal do Reino de Deus quanto ao Partido Republicano Brasileiro. Ao serem interpelados pela mídia, é comum que membros afirmem categoricamente que não há associação entre estas duas instituições¹⁷. Este comportamento pode ser explicado por meio de dois diferentes aspectos. Um destes aspectos tem caráter normativo e diz respeito ao caráter secular do Estado e ao livre mercado religioso praticado no Brasil. Desvincular o partido da IURD é uma forma de respeitar a separação entre Igreja e Estado, por vezes pautando a justificativa no direito de liberdade religiosa, em que cada membro do partido professa sua própria fé, e toda e qualquer religião é aceita dentro do partido¹⁸ – desde que professada de forma privada pelos indivíduos. Sob o aspecto estratégico (que surge a partir da competição do mercado religioso), ao se posicionar desta forma, o PRB se preserva de possíveis prejuízos eleitorais ocasionados por eleitores não simpatizantes da IURD que poderiam boicotar os candidatos da legenda, ou mesmo esta poderia ser vinculada à ideia de um partido evangélico –o que, conforme já discutido por Borges (2011), não é factível¹⁹. A Igreja Universal orienta seus candidatos a cargos majoritários a não utilizarem títulos eclesiásticos como nome de urna ou para campanhas em geral; como majoritários precisam de mais votos para serem eleitos, esta estratégia visa assegurar que sua filiação religiosa não interfira em sua votação.

¹⁷ Exemplos de declarações podem ser verificados aqui: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/prb-de-russomanno-tem-66-dos-dirigentes-ligados-a-universal.9cb99782ac66b310VgnCLD200000bbcccb0aRCRD.html> e aqui: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-15/voz-da-universal-no-congresso-prb-quer-dobrar-numero-de-prefeitos-e-mira-2014.html>.

¹⁸ Em seu estatuto, o PRB “defende a liberdade de crença e a liberdade de culto. Ninguém deve ser preterido ou preferido em função de sua opção religiosa” (Estatuto do Partido Republicano Brasileiro – PRB, versão julho de 2017, p. 3).

¹⁹ O que comumente chamamos no Brasil de “evangelismo” é, na verdade, uma simplificação que engloba denominações de diferentes vertentes. Na prática, um partido evangélico não é viável porque não existe homogeneidade neste grupo. Para uma discussão mais alongada neste tema, ver Borges (2011).

Mesmo negando seu envolvimento, já é sabedoria popular a relação entre igreja e partido. A mídia brasileira explora esta relação desde a criação do partido, propagando a ideia de que o PRB é o partido da Universal. De fato, não é preciso ir muito a fundo na estrutura das instituições para identificar vínculos entre IURD e PRB. Os próprios documentos de fundação do partido (disponibilizados pelo TSE) indicam que a Universal constitui o cerne do PRB. Contudo, ainda não foi discutido pela literatura tampouco pela mídia as formas pelas quais a IURD opera dentro do partido. Neste artigo, argumento que a Universal opera seu partido em sua “imagem e semelhança”, ou seja, utilizando a mesma estrutura centralizada e hierarquizada a fim de garantir que o poder decisório se mantenha nas mãos da cúpula do partido que, não obstante, é composta por membros da IURD. Para dar suporte ao meu argumento, apresento dados sobre a estrutura partidária e sobre a composição da cúpula do partido a nível nacional e estadual. Ao utilizar as tipologias propostas por Panebianco (2005) e Guarnieri (2009; 2011), argumento como o tipo de organização determina a fisionomia do partido. É a partir desta lógica que aproximo a estrutura centralizada da IURD com a estrutura do partido.

Organização Partidária

A literatura debruçada sobre organização partidária no Brasil ainda é escassa. Todavia, alguns estudos recentes têm apresentado resultados importantes sobre o tema (Braga & Borges, 2008; Guarnieri, 2009; 2011; 2012; Braga & Pimentel, 2013; Braga & Rodrigues-Silveira & Borges, 2013; Ribeiro, 2013; Mitio, 2017). Em sua maioria, estes estudos têm examinado a variável organizacional a fim de analisar três diferentes fatores: i) se os partidos apresentam estrutura organizacional heterogênea ao longo do território nacional; ii) quais são os tipos de órgãos predominantes (se comissões provisórias ou diretórios municipais); e iii) qual o padrão de distribuição dos seus filiados pelos municípios (Braga & Pimentel, 2013). Ponto em comum nesta agenda de pesquisa, as evidências apontam para um desmonte do “lugar comum segundo o qual os partidos brasileiros seriam altamente descentralizados, com seções locais e estaduais completamente independentes frente a órgãos nacionais praticamente inexistentes” (Ribeiro, 2013, p. 254). Isto representa dizer que os partidos, a despeito do tipo de organização adotada, são centrais no que tange

suas estratégias, e sua expansão pelo território se dá de acordo com suas ambições políticas (Braga & Pimentel, 2013; Braga & Rodrigues-Silveira & Borges, 2013).

É preciso definir “organização partidária” neste contexto. A estrutura partidária é composta por diversos órgãos com atributos específicos (ver Quadro 1), enquanto a lógica de sua estrutura e atuação estão relacionadas com os níveis das esferas de governo: municipal, estadual e federal. Para o escopo deste trabalho, assumo organização partidária como sendo os órgãos de direção e ação partidária, representados pelos diretórios e comissões em suas diferentes esferas, além as comissões executivas nacionais. Entender como os partidos políticos brasileiros se organizam no nível local é uma forma de identificar qual é a estrutura organizacional existente (Braga & Borges, 2008; Guarnieri, 2009; 2011; Braga & Pimentel, 2013). Especificamente no caso desta pesquisa, analisar a estrutura (fisionomia) adotada pelo PRB ajuda a compreender como a igreja opera este partido,

Quadro 1: Tipos de Órgãos Partidários

Órgão	Instâncias	Principais Atribuições
Órgãos de deliberação	Convenções nacional, estadual, municipal e zonal	Instâncias responsáveis por escolher os candidatos, definir as alianças eleitorais, decidir sobre o programa e o estatuto do partido, decidir sobre a dissolução do diretório nacional.
Órgãos de direção e ação partidária	Diretórios; comissões executivas nacional, estadual e municipal; comissões provisórias	Responsáveis pelos processos internos do partido. como instituir normas que regulamentem o estatuto, definir regras de funcionamento das convenções, definir intervenções etc. São os diretórios que escolhem as comissões executivas.
Órgãos de ação parlamentar	Bancadas parlamentares nas Câmaras e no Senado	O papel das bancadas é orientar o voto dos parlamentares do partido e, em alguns casos, decidir sobre a participação no governo.
Órgãos auxiliares	Conselho de ética e conselho fiscal	Responsáveis pela fiscalização das finanças e dos deveres dos filiados.

Fonte: Elaborada a partir de Guarnieri (2009).

Os partidos se dividem e organizam em diretórios, e a instância máxima em termos de decisão partidária é sua Convenção Nacional. Teoricamente, o fluxo decisório do partido acontece de baixo para cima, ou seja, das esferas locais para as nacionais, até formar a Convenção Nacional. Nesta pressuposição está contido o argumento de descentralização e existência de lideranças locais com autonomia. Em um partido com esta configuração, o poder é compartilhado e a tomada de decisão requer negociações. Para Guarnieri (2009), contudo, as lideranças partidárias centralizadoras dispõem de um

mecanismo para alterar este cenário e controlar as decisões do partido: a instituição de Comissões Provisórias (CP), ao invés do estabelecimento de diretórios.

As Comissões Provisórias foram instituídas pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), em 1971²⁰, com intuito de permitir que partidos sem diretórios pudessem, ainda assim, lançar candidatos onde lhes faltasse órgãos de direção. Mas estas também têm um papel importante no momento da criação do partido: de acordo com a Lei nº 9.096/95 e a Resolução nº 23.465/15 do TSE, a instituição tem um ano para realizar as convenções e estabelecer diretórios em pelo menos 9 estados brasileiros. As comissões, nomeadas pelo alto escalão do partido, são responsáveis pela realização das convenções e, posteriormente, pela criação dos diretórios (Guarnieri, 2009).

Esta transição de comissão provisória para diretório é o ponto crucial na determinação do tipo de organização do partido. A escolha entre estabelecer um diretório ou manter uma CP é função do quanto o partido exerce ou pretende exercer controle sobre as decisões estratégicas e as disputas internas (Guarnieri, 2011). Partidos constituídos por uma elite coesa preferirão manter suas CPs ao invés de distribuir diretórios para outros caciques partidários. Segundo tipologia sugerida por Panebianco (2005), partidos com poder mais centralizado são classificados como mais institucionalizados. Institucionalização, para o autor, é uma função de duas variáveis: i) o grau de autonomia da organização, dado o ambiente externo, e ii) o nível de interdependência entre os setores internos do partido. Partidos mais institucionalizados, segundo a tipologia de Panebianco, são aqueles que apresentam maior grau de autonomia e independência.

Com relação a primeira variável, seria impossível dizer que qualquer um dos partidos brasileiros goza de inteira autonomia, visto que há sempre algum grau de dependência externa: partidos precisam dos serviços dos *brokers*, dos financiadores de campanha, do apoio dos grupos de interesse, e assim por diante. Ao mesmo tempo, nenhum dos partidos seria totalmente dependente do ambiente externo. Longe da ideia de encaixar os partidos no formato de tipo ideal, é possível pensar em autonomia como o grau de interdependência externa, ou seja: como o partido se relaciona e o quanto este depende de organizações externas a sua estrutura, como sugere o autor.

²⁰ Lei Orgânica dos Partidos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4740.htm.

O conceito de independência interna, chamado por Panebianco de “sistematicidade”, é medido pelo grau de coerência interna do partido, isto é, o quanto as subunidades do partido dependem de um núcleo partidário central. Quanto mais centralizado é o poder nas mãos de um núcleo, menor é a autonomia das subunidades – logo, maior é o nível de sistematicidade. É a partir deste argumento de Panebianco que faço um paralelo entre o tipo de organização partidária adotada e o grau de centralidade na tomada de decisão de sua cúpula. Assim, é possível inferir que, quando a liderança partidária opta por manter suas CPs em detrimento da instituição de diretórios, maior é seu grau de sistematicidade – que, para fins de simplificação do conceito, chamarei de centralidade, referindo-me à centralidade no processo de tomada de decisão do partido. A manutenção do baixo grau de autonomia destas subunidades é um mecanismo de controle da elite partidária.

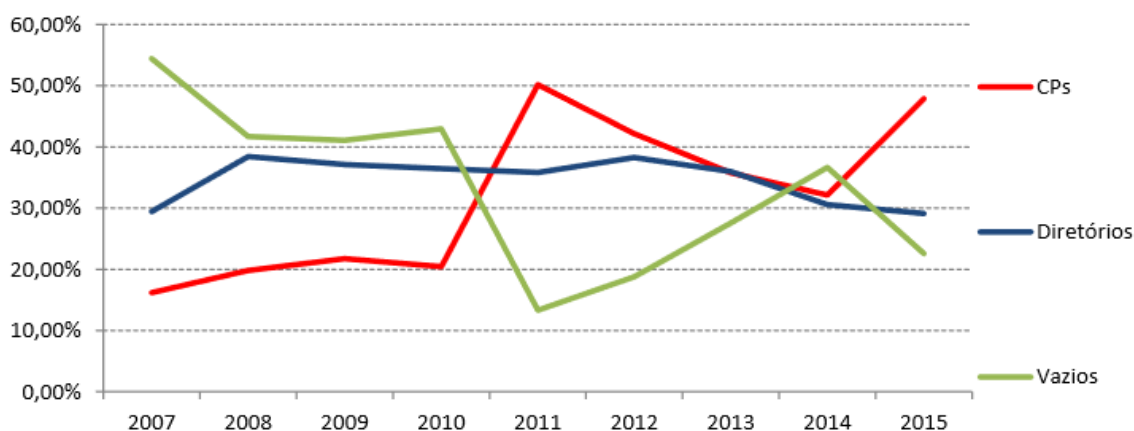
No Brasil, a maioria dos partidos teve seu início na década de 1980. Com mais de 30 anos, seria esperado que partidos tivessem mais diretórios estabelecidos. Segundo Guarnieri (2009) e Mitio (2017), esta lógica parece ter sido invertida ao longo da última década, uma vez que, na média, os partidos mantêm um número maior de CPs do que diretórios (Gráfico 1). Mitio (2017) mostra que, entre os sete maiores partidos²¹, apenas o PT reduziu o número de comissões provisórias no período entre 2007 e 2015. De acordo com reportagem de O Globo, quase metade dos diretórios regionais dos dez maiores partidos se encontram em situação provisória²².

A fim de verificar se a estrutura do PRB segue a mesma lógica da organização da IURD (extremamente centralizada), utilizo dados sobre organização partidária entre os anos de 2006 e 2016, provenientes do TSE, para analisar as características organizacionais do partido. Os dados sobre organização partidária mostram que a estrutura do PRB é constituída por apenas uma Comissão Executiva e um Diretório Nacional, enquanto é predominantemente composta por comissões provisórias. Este é o primeiro e mais significativo resultado desta análise: após mais de dez anos desde sua fundação, o PRB continua utilizando de CPs como estrutura partidária.

²¹ Segundo a classificação de Mitio (2017), os maiores partidos são: DEM, PDT, PMDB, PP, PSDB, PT, PTB.

²² <https://oglobo.globo.com/brasil/partidos-abusam-de-comissoes-provisorias-em-diretorios-regionais-20912730>

**Gráfico 1: Proporção de municípios ocupados por algum tipo de órgão partidário
(2007 a 2015)**



Fonte: Mitio (2017)

A Tabela 3 apresenta um panorama da organização partidária do PRB utilizando os seguintes indicadores: número de municípios com presença do partido, número de diretórios designados por ano, número de comissões provisórias designadas por ano, e média de dias de operação de CPs abertas por ano.

Tabela 3: Distribuição dos Órgãos Partidários do PRB

Ano	Número de municípios com presença do PRB	Número de Diretórios	Número de CPs	Média de dias CPs *
2006	10	0	10	3850,2
2007	377	2	375	3221,5
2008	50	0	50	3005,8
2009	76	4	72	2543,3
2010	36	0	36	2252,4
2011	593	0	593	1873,2
2012	138	0	137	1540,4
2013	140	0	140	1279,8
2014	168	0	168	1012,1
2015	1326	0	1326	609,2
2016	1116	1	1114	328,1

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do TSE

* Para calcular a média de dias das CPs, utilizei i) o prazo de fim de vigência para o caso das CPs não vigentes e ii) a data de 31/12/2016 para a CPs vigentes.

De acordo com a Tabela 3, é possível verificar que a quantidade de órgãos do PRB, a despeito de sua evolução nos anos analisados, está muito aquém de alcançar uma estrutura nacional, indicando que o PRB não é um partido com capilaridade. Esta não é,

contudo, uma característica exclusiva do PRB, ao contrário: há grande disparidade entre os partidos com relação a sua distribuição no espaço (Guarnieri, 2011; Braga & Pimentel, 2013; Mitio, 2017). MDB, PT e PSDB dispõem do maior número de órgãos partidários e maior cobertura territorial, com redes de suporte local mais densas, o que lhes confere mais apoio, menor volatilidade e melhores resultados eleitorais. Contudo, a concentração geográfica é, por outro lado, uma forma as lideranças partidárias conseguirem manter o controle de sua máquina (Hazan & Rahat, 2010), uma vez que não será necessária a divisão de poder entre caciques locais. Em grande medida, esta característica corrobora eu argumento de que o PRB reproduz a estrutura da IURD²³.

A região Sudeste é o reduto do PRB. Esta afirmação não surpreende por dois motivos: primeiro porque os maiores colégios eleitorais estão nesta região; depois, o Sudeste é também o reduto da IURD – onde a igreja foi fundada e ainda mantém o maior número de fiéis. Ao assumir que a associação entre igreja e partido é sólida, parece razoável pressupor que as redes destas duas instituições se interpoem. São Paulo e Minas Gerais são os estados com maior número de CPs: 1.284 e 1.107, respectivamente. Logo depois do Sudeste, o Nordeste desponta como a segunda região com maior presença do PRB. A Bahia lidera os estados do Nordeste, e está em terceiro lugar no *ranking* nacional de estados com maior número de comissões do partido (ao todo, são 541). Coincidentemente, a Bahia é, depois de São Paulo e Rio de Janeiro, o estado com maior número de fiéis da IURD.

Outra característica que chama a atenção na estrutura do PRB é a predominância de Comissões Provisórias (CPs) em detrimento da criação de diretórios. As comissões representam 99,2% da estrutura do partido, uma das taxas mais altas em comparação aos partidos existentes e criados após 2006²⁴. O PRB iniciou suas atividades de forma tímida, quando contabilizou 10 CPs no ano de 2006. Em 2007, após sua primeira disputa eleitoral, o PRB instituiu 377 novas comissões – mais de 30 vezes a quantidade lançada no ano anterior. Os períodos com maior número de aberturas de CPs precedem as eleições municipais, o que pode ser facilmente explicado pelas regras eleitorais: desta forma, o

²³ Vale ressaltar que, embora a concentração eleitoral apresentada pelo PRB seja um indício de que meu argumento pode estar correto, esta não é uma prática exclusiva: muitos outros partidos – por estratégia ou por falta de estrutura – apresentam a mesma característica.

²⁴ Apenas o PMN e o PRP superam o PRB em relação a proporção de CPs. Embora o PATRIOTAS também supere o PRB em proporção de CPs, este não foi computado devido a ter sido criado em 2012, sendo considerado um partido novo e ainda em fase de estruturação.

partido pode concorrer a diversos pleitos locais, uma vez que passa a dispor de uma organização do partido – conforme requisito do TSE para concorrer às eleições.

A utilização de CPs em larga escala é prática comum entre os partidos brasileiros. Entretanto, parece haver uma relação entre o tamanho do partido e sua estrutura organizativa: quanto menor o partido, menor a probabilidade de este ter diretórios. O PRB não é, contudo, um partido nanico: há evidências para crer que este seja um partido em ascensão eleitoral (Cerqueira, 2017), que paulatinamente se beneficia por compor a base de sucessivos governos desde sua concepção – o PRB compôs a base governista de Lula I e II, Dilma I e II, até o momento do *impeachment*, quando passou a apoiar Temer e ganhou um ministério. Isto o diferencia do grupo de partidos muito pequenos, enquanto sua estrutura partidária o torna distinto do grupo dos partidos médios.

Para exemplificar esta distinção com relação aos partidos médios, utilizo o Partido da República (PR) como comparação. Ambos são partidos nascidos da dissidência do PL; o PRB levou consigo os candidatos da IURD, enquanto o que restou do PL, após a sequência de escândalos, se aliou ao PRONA para criar a nova legenda. Por ser fruto de uma fusão de outros partidos, o PR carregou consigo uma trajetória política e bases eleitorais possivelmente herdadas de seus antecessores; logo, nasceu maior do que o PRB, embora atualmente venha perdendo espaço no cenário de grande fragmentação. Tanto o PRB quanto o PR apresentam um grande número de comissões provisórias em sua estrutura partidária. O PR dispõe de diretórios – embora estes não pareçam ser o *core* da organização, visto que sua maioria já foi dissolvida pelo partido. Enquanto o PRB faz uma escalada em número de CPs ao longo dos anos, o PR parece ter um período de estruturação (entre 2006 e 2010) até começar a designar diretórios em 2011. Deste ano em diante o PR lançou uma pequena quantidade de diretórios anualmente (chegando a 19 em 2015).

O tempo de vigência das CPs também é uma variável relevante para a análise, visto que sua duração reforça a ideia de utilização destes órgãos como estratégia de substituição – comissões de vida longa fazem, via de regra, as vezes dos diretórios. Uma vez que o PRB é predominantemente composto por CPs, é possível observar que estas foram preenchendo, ano a ano, as lacunas da estrutura partidária até então inexistente. De acordo com seu estatuto²⁵, uma comissão deveria ser organizada e mantida pelo período de um ano,

²⁵ O estatuto do partido pode ser acessado por meio deste link: <https://www.prb10.org.br/estatuto/>.

podendo ser reconduzida por igual período, até que fosse dissolvida (para a entrada ou não de um diretório, de acordo com a escolha da Comissão Executiva Nacional). Na prática, as CPs têm duração média de 1956 dias (ver Tabela 3 para média de dias de duração de uma CP a partir do seu ano de criação), cerca de 5,3 anos, seguido apenas pelo PR, com média de 1850 dias de vigência, e pelo PSC, com 1799 dias em média.

Desta forma, as lideranças partidárias conseguem manter o controle sobre sua máquina, uma vez que não há divisão de poder entre caciques locais. Eventualmente, para o caso de comissões de maior duração, é possível que esta seja liderada por uma liderança local forte, mas sob duas condições: i) esta liderança deve ser vinculada à igreja, ou indicada por ela; e ii) sua autoridade está limitada ao período de funcionamento da CP, a fim de garantir que decisões sejam tomadas exclusivamente pela cúpula do partido. A fim de averiguar estas premissas, a próxima seção traz uma análise sobre quem são os dirigentes partidários a nível nacional. Para as esferas estadual e municipal, concentrei esforços nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como sobre suas capitais, visto que estes são os maiores redutos eleitorais do PRB e, concomitantemente, os maiores redutos de fiéis de IURD no Brasil.

Dirigentes Partidários

Chama a atenção o fato do pastor Vitor Paulo Araújo dos Santos ser o requerente do registro do partido ao qual a mídia atribui como sendo o partido da igreja a qual o pastor pertence: a Universal. De forma isolada, este fato não seria suficiente para inferir sobre relação entre as duas instituições, visto que o pastor Santos poderia ter ambições políticas desvinculadas de sua orientação religiosa. Isto justificaria seu interesse em participar ativamente na política – não apenas concorrendo a pleitos como candidato, mas criando seu próprio partido. Contudo, não parece crível que um indivíduo tenha fôlego para criar e, principalmente, manter um partido político, um organismo que requer esforços múltiplos – de ordem financeira e organizacional.

Por isso, seria razoável assumir que há outros integrantes com interesses similares na organização do partido – justificando a empreitada. Seria também razoável inferir que uma organização partidária que tem ambições, quaisquer que sejam estas, precisa eleger seus candidatos. A obtenção de cadeiras é garantia de tempo de horário eleitoral e fundo

partidário; pode também assumir a forma de confirmação da base eleitoral, refletindo a capacidade de mobilização da máquina partidária. O tipo de ambição do partido é o que determina as estratégias adotadas, a escolha dos cargos a serem pleiteados (majoritários ou proporcionais) e a quantidade ótima de cadeiras a serem obtidas.

O partido precisa controlar toda a engrenagem da sua máquina para que esta funcione de forma efetiva. Sem organização, tornar um partido competitivo em um sistema altamente fragmentado pode ser uma árdua tarefa. Por isso, a profissionalização dos partidos é condição para a eficácia de suas estratégias. A centralização de poder deriva do grau de profissionalização da política e dos partidos, segundo descreve o professor da Fundação Getúlio Vargas Cláudio Couto em seu artigo²⁶ para o jornal Estadão. Em consonância com Couto, Panebianco (2005) argumenta que o controle exercido pela elite partidária é a chave do sucesso de um partido, enquanto Guarnieri (2009) sugere que partidos com poder mais centralizado têm mais capacidade de organização e coordenação dos recursos disponíveis.

Conhecer a composição do grupo dirigente é, para Couto, “o que realmente importa no funcionamento dos partidos e na definição dos reais interesses por eles defendidos”. Couto levantou, em 2012, dados sobre os dirigentes do PRB, observando a composição da Executiva Nacional e a presidência dos órgãos estaduais. Como resultado, concluiu que não há como ignorar os vínculos existentes, uma vez que 55% da Executiva Nacional do PRB e 85% dos dirigentes estaduais são ligados à Igreja Universal ou à Rede Record.

Ampliei a pesquisa realizada por Couto e analisei a composição dos órgãos partidários do PRB entre 2006 a 2015, nas seguintes esferas: Comissão Executiva, Diretório Nacional, Comissão Provisória Estadual e Comissão Provisória Municipal. Levantei dados referentes a todos os estados brasileiros, mas limitei a pesquisa sobre Comissões Municipais apenas para os municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, visto que estes são os principais redutos do PRB. Os dados sobre composição dos órgãos partidários são disponibilizados de forma pública pelo TSE. Ao todo, foram coletados 432 membros. A pesquisa foi realizada em março de 2017, e seus resultados foram compilados na Tabela 4.

Adotei os seguintes critérios de busca no processo de pesquisa de cada membro: i) nome do indivíduo; ii) nome do indivíduo + “PRB”; iii) nome do indivíduo + “Igreja

²⁶ <http://opiniaao.estadao.com.br/noticias/geral.russomanno-o-catolico-imp-932142>

Universal”; iv) nome do indivíduo + “Record”. Cada um destes critérios representava uma rodada de pesquisa, ou seja, quando informar apenas o nome do candidato não retornava resultados significantes, a segunda rodada consistia em adicionar o termo “PRB” para fins de refinamento – e assim por diante, até esgotar as possibilidades de pesquisa. Qualquer *website* contendo informação referente ao indivíduo pesquisado foi considerado, incluindo páginas de perfil em redes sociais como *Facebook*. As informações foram predominantemente encontradas em matérias de jornal e perfis de deputados ou vereadores nas respectivas Câmaras, o que garante confiabilidade aos resultados obtidos.

Para classificar o vínculo dos integrantes das comissões com a Universal, Rede Record ou alguma outra empresa do conglomerado, apenas informações explícitas sobre vínculos foram computadas. Para os casos em que a única informação disponível sobre o pesquisado estava contida em alguma rede social, considerei a auto declaração como parâmetro.

De 396 registros únicos, i.e. que não reaparecem em outros mandatos, 93 não foram encontrados – aproximadamente 24%. Ao examinar estes dados por esfera, apenas 0,07% dos membros das Comissão Executiva e Diretório Nacional não foram encontrados, contra 48% e 53% de *missings* para as Comissões Estaduais e Municipais, respectivamente.

Isso quer dizer que a hierarquia dos órgãos partidários do PRB vai das pessoas “mais importantes” para as pessoas “menos importantes”: os componentes das esferas mais elevadas são indivíduos mais facilmente encontrados em pesquisas básicas tal como a realizada, sugerindo que se tratam de personas mais conhecidas da mídia e com algum grau de relevância no âmbito do que lhes compete – por exemplo, o diretor da Record Roberto Wagner Monteiro, membro da Comissão Executiva por 4 mandatos consecutivos, desde a criação do PRB. Monteiro foi presidente do Conselho Político por dois mandatos consecutivos, e agora exerce a função de Segundo Vice-Presidente (até 2019).

Tabela 0. Proporção de Dirigentes Partidários com Vínculos Iurdianos no PRB
(Por órgão partidário. por ano)

Comissão Executiva			
Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%
2006	20	12	60%
2009	22	11	50%
2011	23	14	61%
2015	21	15	71%
Total	86	52	60.5%

Diretório Nacional			
Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%
2009	68	37	54%
2011	67	43	64%
2015	68	49	72%
Total	203	129	63.5%

Comissão Provisória Estadual							
Rio de Janeiro				São Paulo			
Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%	Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%
2010	12	8	67%	2009	12	7	58%
2011	19	11	57%	2010	12	7	58%
2013	19	12	67%	2012	11	7	63%
-	-	-	-	2013	19	14	73%
Total	49	31	63%		54	35	65%

Comissão Provisória Municipal							
Rio de Janeiro				São Paulo			
Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%	Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%
2009	14	2	14%	2007	1	1	100%
-	-	-	-	2010 - I	7	2	3.5%
-	-	-	-	2010 - II	7	1	7%
-	-	-	-	2012	11	3	3.7%
Total	14	2	14%		26	7	27%

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do TSE.

Observação: a Comissão Provisória Municipal de São Paulo 2010 – I teve como vigência o período entre março e junho de 2010; a Comissão Provisória 2010-II teve como vigência o período entre junho de 2010 e janeiro de 2012.

Casos semelhantes e ainda mais interessantes podem ser citados. Vitor Paulo Araújo dos Santos, “criador” do partido e renomado bispo da Universal, foi presidente da Comissão Executiva entre 2006 e 2011, quando foi eleito deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro. A partir de então, assume em seu lugar Marcos Antônio Pereira, que era presidente do Diretório Nacional. Pereira também é bispo (licenciado) da Universal. Vale lembrar que, na estrutura da IURD, os bispos são o cargo mais alto da hierarquia, abaixo apenas do Bispo Macedo, líder máximo da instituição. Em 2016, Pereira se afastou do cargo de presidente do PRB pois assumiu o cargo de Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços no governo de Michel Temer, onde permaneceu até janeiro de 2018. Marcos Pereira chegou a ser um nome cogitado para Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), mas foi descartado devido à sua filiação religiosa, que poderia vir a causar comoção entre a comunidade científica. Outra figura recorrente no quadro da Comissão Executiva é Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo e atual prefeito do Rio de Janeiro (2017-2020), que aparece como líder no Senado desde 2006. A Comissão Executiva, conhecida como a cúpula do partido, onde fica alocada a elite partidária; no caso do PRB, esta é composta pela elite iurdiana.

Este cenário não se limita apenas a alta hierarquia do partido: a Tabela 4 apresenta a proporção de membros com vínculos iurdianos, por ano, para cada uma das esferas pesquisadas. Esta tabela compila o resultado da pesquisa sobre quem são os dirigentes partidários do PRB e sinaliza o primeiro de dois aspectos importantes a serem destacados: a cúpula do partido conta com mais de 60% de membros vinculados a igreja. A natureza dos vínculos é diversificada: grande parte dos vínculos identificados é composta por pastores e bispos da IURD. Mas os vínculos identificados também tratam de diretores da Record e diretores de outras instituições vinculadas a Universal, como a Associação Beneficente Cristã (ABC), que é a principal organização de assistência social da igreja, operando inclusive em alguns países da África; a Escola Bíblica Infante-juvenil (EBI) e a Livraria Cultura Universal, além de radialistas, fiéis, esposas de personalidades importantes como Marcos Pereira, apresentadores da Record, como é o caso de Celso Russomanno.

Bispos e diretores da Record estão concentrados em cargos nas esferas nacionais. Esta constatação conduz ao segundo ponto observado: os dados parecem corroborar a ideia de que os membros das esferas superiores (Comissão Executiva e Diretório Nacional) são

personalidades mais conhecidas por sua trajetória anterior. Portanto, a IURD parece escolher indivíduos importantes em sua hierarquia para alocar na cúpula de seu partido. Esta seria uma forma de garantir a hegemonia da igreja, sua liderança e seu propósito dentro do partido.

Uma curiosidade acerca das indicações da igreja incide sobre os ministérios ocupados pelo PRB: todos eram ligados à igreja, fossem bispos, ou membros de destaque dentro da instituição – Marcelo Crivella foi ministro da Pesca e Aquicultura no governo Dilma (2012-2014), sucedido por Eduardo Lopes (2014-2015) para que pudesse concorrer ao governo do Rio de Janeiro. Lopes é pastor licenciado da IURD e ex-apresentador de programas religiosos na TV. Também dirigiu jornal e gráfica pertencentes à igreja, além de ter sido presidente da ABC. O PRB também ocupou a pasta dos Esportes entre 2015 e 2016, com o pastor e radialista George Hilton. Marcos Pereira, o principal responsável por articular o rompimento do partido com o governo Dilma, foi escolhido por Temer para ocupar o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2016-2018).

As Comissões Provisórias Municipais analisadas dispõem de poucos membros e quase não há registros disponíveis sobre eles. Indivíduos menos conhecidos podem, entretanto, ter importância em âmbito local – mesmo esta não sendo captada por veículos de mídia e redes sociais.

A comissão provisória municipal paulistana foi instituída em 2007, mas já foi dissolvida e reativada diversas vezes pelo partido. Sua primeira versão teve duração de dois anos e cinco meses e tinha como membro apenas Atílio Francisco da Silva, que é Bispo da IURD. O segundo período da comissão durou três meses; o terceiro, mais dois anos e cinco meses, até que em 2012, o prazo de vigência foi declarado indeterminado, Bispo Atílio²⁷ continua compondo a comissão – até o fim de 2011, na posição de Presidente; a partir de 2012, como secretário-geral. Atílio Francisco é vereador em São Paulo pelo 4º mandato consecutivo. Tanto ele quanto Tânia são senadores fora de exercício.

Parece haver um padrão para composição de comissões provisórias municipais, mas analisar apenas São Paulo e Rio de Janeiro, os dois municípios mais importantes do Brasil em termos populacionais, econômicos e eleitorais, impede que se faça esta

²⁷ Bispo Atílio também foi Vice-Presidente na Comissão Provisória Estadual de São Paulo no período de 2009 a 2010.

generalização. Pelo que se pode analisar a partir destas duas observações, as comissões carioca e paulistana são compostas por um membro da confiança da igreja e por membros menos proeminentes na estrutura eclesiástica (ou mesmo de fora da igreja). Esta parece uma forma da igreja manter as rédeas destas agremiações.

A presença de Bispo Atílio como membro permanente na comissão sugere a imagem de homem da igreja na organização – um ente de confiança em uma unidade partidária que, embora não tenha autonomia, requer um acompanhamento estratégico – para monitorar o grupo, realizar alianças e acertos políticos. Indivíduos pertencentes a camadas mais baixas na hierarquia da igreja, teoricamente menos propensos a insubordinação visto que não encontram forças que os apoiem dentro da estrutura iurdiana, desempenham funções de cunho mais burocrático.

Considerações finais

Este artigo investiga como a Igreja Universal do Reino de Deus instrumentalizou sua atuação política ao criar seu próprio partido, o PRB. Embora a relação entre a igreja e o partido não seja novidade, este artigo contribui com a escassa literatura que busca sistematizar a relação entre as duas organizações (Gutierrez, 2014; 2017), ao abordar a natureza das relações entre IURD e partido sob dois principais aspectos: i) a organização do partido e ii) a composição da liderança partidária. A principal hipótese desta pesquisa é que a IURD garante seu poder ao ocupar os principais postos da direção do partido, assegurando uma estrutura hierárquica do partido da mesma forma que ocorre em sua estrutura eclesiástica. Ao ocupar cadeiras importantes na direção do partido, a IURD restringiria a formação de lideranças partidárias ao dispor majoritariamente de comissões provisórias no corpo organizativo do partido como forma de garantir sua centralidade decisória. Para analisar esta hipótese, apresento dados sobre organização partidária (ou seja, os órgãos de direção e ação partidária, representados pelos diretórios e comissões em suas diferentes esferas, além as comissões executivas nacionais) e composição destes órgãos.

A partir desta análise foi possível observar que, mesmo após mais de dez anos de atuação, o PRB ainda é composto apenas por comissões provisórias e sua executiva nacional. É verdade que o PRB não é o único partido a adotar esta estratégia de organização

mas, ao comparar sua estrutura com outros partidos, é notório que esta se assemelha apenas a partidos nanicos. Conforme argumento, o PRB não pertence a este grupo, visto que vem aumentando sua parcela de votos ao longo de seus anos na ativa, além de compor bases para os governos desde 2006. A ideia de manter um partido estruturado apenas por meio de comissões provisórias segue a mesma linha da organização adotada pela IURD. Ao manter subunidades dependentes, a igreja garante a centralidade da instituição, mantendo seu poder concentrado, tal como ocorre na estrutura da igreja.

A estratégia de compor a cúpula do partido com indivíduos relacionados à igreja ou qualquer uma das empresas vinculadas ao grupo Macedo corrobora a ideia de que a igreja peria o partido, embora não seja aparente a relação entre as duas instituições. Para os casos observados (comissões provisórias estaduais e municipais do Rio de Janeiro e São Paulo e comissão executiva), parece haver um padrão no que tange as nomeações: órgãos mais relevantes na estrutura contam com indivíduos mais importantes na estrutura da igreja/grupo Macedo, enquanto as CPs parecem não dispor de grandes nomes em sua composição. A IURD parece aplicar ao partido o mesmo tipo de estrutura utilizada na igreja, ao alocar estes membros do alto escalão na cúpula do partido, enquanto membros do baixo clero ocupam os cargos disponíveis nas comissões provisórias. As comissões provisórias são organismos sem grande grau de autonomia, submetidas aos comandos advindos das esferas superiores, servindo como ferramenta de centralização de poder.

Portanto, compor as comissões provisórias com membros subalternos pode ser um dos mecanismos garantidores desta condição de concentração de poder decisório, especialmente no nível local, onde lideranças locais podem se tornar caciques com autonomia. O mecanismo por trás deste raciocínio consiste na seguinte lógica: enquanto um pastor insatisfeito com a instituição pode optar por deixar a igreja e reestruturar sua trajetória religiosa, um membro do alto escalão da IURD dispõe de recursos para fazer frente à liderança de Macedo. Como recurso, entende-se conhecimento mais aprofundado acerca do funcionamento da igreja, por exemplo, ou qualquer outro elemento que possa ameaçar a hegemonia iurdiana.

Por fim, mesmo que de forma preliminar, este artigo ajuda a elucidar os mecanismos pelos quais a IURD opera seu partido. É importante ressaltar que os meios utilizados são convenientes à medida que não tornam evidente a relação entre as instituições, permitindo que a negativa de seus membros seja, em certa medida, crível – a

despeito da publicização realizada pela mídia. Estas evidências, por sua vez, apontam para o grau de profissionalização política da IURD. Estas, contudo, não são suficientes para escassear o tema, reforçando a necessidade de pesquisas futuras que componham esta grande fotografia chamada “evangélicos na política”.

Referências

- Almeida, R. (2009). *A Igreja Universal e Seus Demônios - Um Estudo Etnográfico*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Baldwin, K. (2014). When Politicians Cede Control of Resources: Land, Chiefs and Coalition-Building in Africa. *Comparative Politics*, 46(3), 253–271.
- Boas, T. (2013). Serving God and Men: Evangelical Christianity and Electoral Politics in Latin America. In *Paper presented at the annual meeting of the APSA, Chicago. IL*.
- _____. (2014). Pastor Paulo vs. Doctor Carlos: Professional Titles as Voting Heuristics in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, 2, 39–72.
- Boas, T. & Smith, A. E. (2013). Religion and the Latin American Voter. In R. Carlin & L. Singer & Matthew; Zechmeister (Orgs.). *The Latin American Voter*.
- Borges, T. D. P. (2007). *Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo. 162p.
- Braga, D. F. (2008). *Pentecostalismo e Política: Uma Geografia Eleitoral dos Candidatos Ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no Município do Rio de Janeiro - 2000 a 2006*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 125p.
- Braga, M. S. & Pimentel Jr., J. (2013). Estrutura e Organização Partidária Municipal nas Eleições de 2012. *Cadernos Adenauer*, XIV, nº 10.
- Braga, M. S.; Rodrigues-Silveira, R. & Borges, T. (2013). Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. *América Latina Hoy*, 62, 15-45.
- Cerqueira, C. (2017). *Igreja como Partido: Coordenação Eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese de Doutorado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getulio Vargas. 149p.

- Cheibub, J. A., & Sin, G. (2014). Order in Chaos Intra Party Coordination in Open List PR Systems. In *72nd Annual Midwest Political Science Association Conference* (p. 1–18), Chicago.
- Cox, G. W. (1997). *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*. Cambridge University Press.
- _____. (1999). Electoral Rules and Electoral Coordination. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 2, 145–61.
- Cox, G. W. & Thies, M. F. (1998). The Costs of Intraparty Competition: SNTV and Money Politics in Japan. *Comparative Political Studies*, 31(3), 267–291.
- Dancygier, R. M. (2014). Electoral Rules or Electoral Leverage? Explaining Muslim Representation in England. *World Politics*, 66(2), 229–263.
- Fonseca, A. B. (2008). Religion and Democracy in Brazil: A Study of the Leading Evangelical Politicians. In P. Freston (Org.). *Evangelical Christianity and Democracy in Latin America* (p. 163–204). Oxford: Oxford University Press.
- Freston, P. (1993). *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 308p.
- Grzymala-Busse, Anna (2015). *Nations Under God: How Churches Use Moral Authority to Influence Policy*. Princeton University Press.
- Guarnieri, F. (2009). *A Força dos “Partidos Fracos” - Um Estudo sobre a Organização dos Partidos Brasileiros e seu Impacto na Coordenação Eleitoral*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo. 189p.
- _____. (2011). A Força dos Partidos “Fracos”. *Dados*, 54(1), 235–258.
- Gutierrez, C. (2014). A Igreja Universal e o Partido Republicano Brasileiro: conflitos em torno do secularismo. In *29ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia: Diálogos Antropológicos Expandindo Fronteiras*, 1–19.
- _____. (2017). *A Reflexividade Evangélica A Partir da Produção Crítica e Construção de Projetos de Vida na Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 387p.
- Hazan, R. Y. & Raha, G. (2010). *Democracy within Parties: Candidate Selection Methods and their Political Consequences*. Oxford University Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo Demográfico - 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.

- Lacerda, F. (2016). Evangelicals, Pentecostals and Political Representation in Brazilian Legislative Election (1998-2010). *RBCS*, 32(93), 1–23.
- _____. (2017). *Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo. 144p.
- _____. (2018). Assessing the Strength of Pentecostal Churches' Electoral Support: Evidence from Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, 10(2), 3–40.
- Mariano, R. (2004). Expansão Pentecostal no Brasil: o Caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, 18(52), 121–138.
- _____. (2007). Efeitos da Secularização do Estado, do Pluralismo e do Mercado Religiosos sobre as Igrejas Pentecostais. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 3(1), 111.
- Mitio, B. (2017). *A Organização Partidária nos Municípios Brasileiros*. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. 84p.
- Oro, A. P. (2003). Organização Eclesial e Eficácia Política: O Caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas*, 3(1), 97–109.
- _____. (2006). A Igreja Universal e a Política. In J. A. Burity & M. das D. C. Machado (Orgs.). *Os Votos de Deus: Evangélicos. Política e Eleições no Brasil* (p. 119–145). Recife: Ed. Massangana.
- Panbianco, A. (2005). *Political Parties: Organization and Power*. Cambridge University Press.
- Pew Research Center, (2014). *Religion in Latin America: Widespread Change in a Historically Catholic Region*. Pew Research Center. Disponível em: <http://assets.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/11/2014/11/Religion-in-Latin-America-11-12-PM-full-PDF.pdf>.
- Pierucci, A. F. (1987). As Bases da Nova Direita. *Novo Estudos CEBRAP*, (19), 26–45.
- _____. (2011). Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos - CEBRAP*, (89), 6–15.
- Pierucci, A. F. & Mariano, R. (1992). O Envolvimento dos Pentecostais na Eleição de Collor: Força Eleitoral? *Novos Estudos Cebap*, (34), 92–106.
- Ribeiro, P. F. (2013). Organização e Poder nos Partidos Brasileiros: Uma Análise dos Estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 10, 225–265.

- Smith, A. E. (2018). Religion, Politics, and the Secular State. In: Ames, B. (editor). *Routledge Handbook on Brazilian Politics*. Taylor & Francis.
- Tuñón, G. (2017). When the Church Votes Left: How Progressive Religion Hurts Gender Equality. In *113th APSA Annual Meeting*, San Francisco, CA.
- Warner, C. M. (2000). *Confessions of an Interest Group*. Princeton University Press.